



**HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA (VfV),
POR LOTES, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LOURES**

PROCESSO N.º 01HP/DL/2015

CADERNO DE ENCARGOS DA HASTA PÚBLICA

ÍNDICE

Artigo 1.º - Objeto

Artigo 2.º - Legislação aplicável

Artigo 3.º - Regras especiais de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis

Artigo 4.º - Retirada dos veículos em fim de vida para desmantelamento

Artigo 5.º - Controlo de pesagem de VFV

Artigo 6.º - Obrigações do adquirente/cocontratante

Artigo 7.º - Forma de pagamento

Artigo 8.º - Rescisão do contrato

Artigo 9.º - Responsabilidade do adquirente/cocontratante

Artigo 10.º - Foro competente

Artigo 11.º - Prevalência

Artigo 12.º - Condições técnicas

Artigo 13.º - Verificação e acompanhamento do tratamento

Artigo 14.º - Tratamento dos veículos

ANEXOS:

Anexo I – Conjunto de veículos em fim de vida do Lote 1

Anexo II – Conjunto de veículos em fim de vida do Lote 2

Anexo III – Conjunto de veículos em fim de vida do Lote 3

Artigo 1.º - OBJETO

- 1- O objeto da Hasta Pública consiste na alienação de veículos em fim de vida, adiante designados VFV, veículos propriedade do Município de Loures.
- 2- Os veículos a alienar encontram-se distribuídos por três lotes conforme anexos I, II e III, juntos a este Caderno de Encargos.
- 3- Os veículos a alienar, designados como veículos em fim de vida (VFV), constituem um resíduo, na aceção do disposto na alínea ee), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5/09, com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 75/2015 de 11/05, e de acordo com o disposto na alínea r), conjugada com as alíneas s) e t) todas do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23/08, com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 114/2013 de 07/08, e classificados com o código 16.01.04. - Veículos em fim de vida da Lista Europeia de Resíduos.

Artigo 2.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 1- À presente Hasta Pública é aplicável o Código do Procedimento Administrativo (CPA), a legislação geral de resíduos, designadamente o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 75/2015 de 11/05, e demais legislação especial, atualmente em vigor.
- 2- Os veículos objeto da presente Hasta Pública foram removidos da via pública por se encontrarem em situação de estacionamento indevido ou abusivo, nos termos dos artigos 163.º a 165.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, com as alterações introduzidas sucessivamente e atualmente em vigor.

Artigo 3.º - REGRAS ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DE DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E SUCATAS RECICLÁVEIS

- 1- A Lei n.º 33/2006, de 28 de julho, em harmonização com a Diretiva n.º 2006/69/CE do Conselho, de 24 de julho, alterou o Código do IVA, estabelecendo regras especiais em matéria de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis e de certas prestações de serviços relacionadas com estas matérias.
- 2- Nas transmissões dos VFV e em certas prestações de serviços com estes relacionadas, a liquidação do IVA, quando devida, passa a ser da competência do adquirente, desde que este seja sujeito passivo do imposto com direito total ou parcial à dedução.
- 3- Os bens e serviços abrangidos pelas novas regras de tributação constam do Anexo E ao Código do IVA. Aquele anexo engloba, única e exclusivamente bens recicláveis (e algumas

prestações de serviços sobre ele efetuadas), ou seja, bens que necessitam de sofrer algum tipo de transformação para serem reutilizados. Não ficam abrangidos pela regra de inversão do sujeito passivo os bens que sejam reutilizáveis no seu estado original.

4- O cálculo do IVA devido pelo adquirente faz-se da seguinte forma:

- a) O vendedor dos bens indicados ou o prestador dos serviços com eles relacionados continua obrigado à emissão de faturas mas não liquida o IVA;
- b) O adquirente, por sua vez, ao receber a fatura, deve liquidar o imposto devido pela aquisição, aplicando a taxa do IVA em vigor;
- c) Essa liquidação pode ser efetuada na própria fatura emitida pelo fornecedor ou num documento interno emitido para o efeito;
- d) O direito à dedução do adquirente é efetuado nos termos gerais, considerando-se para o efeito o próprio IVA autoliquidado nas aquisições efetuadas.

Artigo 4.º - RETIRADA DOS VEICULOS EM FIM DE VIDA PARA DESMANTELAMENTO

1- Procedimento de retirada. No sentido de salvaguardar a integridade da forma física dos VFV durante a carga, transporte e descarga, e de harmonia com o disposto no Anexo V aditado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, de 8/04 ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23/08 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2013, de 07/08, conjugado com a Portaria n.º 335/97, de 16/05, devem ser acauteladas as condições abaixo indicadas:

- a)- Não utilização de pinças metálicas para a carga e descarga dos VFV, a qual deverá ser substituída por outros métodos, tais como a utilização de cintas, ou guinchos, no caso de porta-carros, ou outros métodos equivalentes;
- b)- Ausência de sobreposição direta dos VFV nas galeras durante a carga, transporte e descarga, devendo ser adotado um sistema de separação entre camadas.

2- A retirada dos veículos do parque municipal de viaturas sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia, diretamente para abate, é efetuada, até à data limite de 30 de Dezembro 2015, de acordo com a calendarização a fornecer pelos serviços do Departamento de Ambiente e Transportes Municipais mediante e-mail a enviar à empresa adquirente/cocontratante.

3- O início da remoção e transporte apropriado dos veículos não pode ser superior a 2 dias, a contar da data de receção da calendarização enviada pelo Departamento de Ambiente e Transportes Municipais ao adquirente/cocontratante por e-mail, no qual consta o local onde as mesmas se encontram parqueadas.

4- Assiste ao Município de Loures a possibilidade de proceder à rescisão do contrato, caso o

adquirente/cocontratante não cumpra a calendarização e o prazo de remoção imposto no presente Caderno de Encargos.

5- O adquirente/cocontratante é obrigado a remover os veículos de acordo com a calendarização e o prazo de remoção.

Artigo 5.º - CONTROLO DE PESAGEM DE VFV

1- Preenchimento das Guias de Acompanhamento de Resíduos (GAR.s). Todas as Guias de Acompanhamento de Resíduos- Modelo A, emitidas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento de Território e do Desenvolvimento Regional devem estar devidamente preenchidas especificando, quer na Parte 1 -Produtor/Detentor, quer na Parte 3- Destinatário, a quantidade de veículos recolhidos, bem como o respetivo valor em quilogramas.

- A cópia da guia de acompanhamento de resíduos é, posteriormente, enviada ao Município de Loures, ao cuidado da Unidade de Serviços Públicos Ambientais/Setor de Remoção de Viaturas, sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia, devidamente preenchida, na sua totalidade, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor.

2- Talões de pesagem. A empresa adquirente/cocontratante deve possuir uma báscula que emita automaticamente o respetivo talão de pesagem de entrada e saída das viaturas transportadoras para cálculo da respetiva pesagem, para ser concretizado o exposto no número 1 anterior (Preenchimento das Guias de Acompanhamento). Todos os talões têm que estar devidamente identificados e legíveis com número de série, no intuito de serem introduzidos os seus valores das pesagens em suporte digital relativamente ao Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA).

- Os talões de pesagem à entrada e à saída terão de ser enviados juntamente com a cópia da Guia de Acompanhamento de Resíduos devidamente preenchida para a Unidade de Serviços Públicos Ambientais/Setor de Remoção de Viaturas, sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia.

- Caso a empresa não possua uma báscula, a carga do material terá de ser pesada vazia e cheia em cada transporte, numa balança de uma entidade externa que esteja devidamente certificada e calibrada.

- Em qualquer dos casos deverão enviar à Unidade de Serviços Públicos Ambientais/Setor de Remoção de Viaturas, sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia, os comprovativos relativos à certificação e calibração da báscula onde se efetuem as pesagens.

Artigo 6.º - OBRIGAÇÕES DO ADQUIRENTE/COCONTRATANTE

1- O adquirente/cocontratante obriga-se a cumprir com o estipulado na legislação, existente

ou que venha a entrar em vigor durante o prazo de vigência do contrato, nomeadamente na legislação ambiental, no que diz respeito ao transporte, à descontaminação e ao desmantelamento ou fragmentação dos VFV e ao encaminhamento dos resíduos resultantes e que a sua atividade se efetua em cumprimento de toda a legislação em vigor aplicável.

2- Guia de acompanhamento de resíduos (GAR's)

a) A remoção é sempre acompanhada de guia de acompanhamento de resíduos, de acordo com a Portaria n.º 335/97, de 16 de maio, e da guia de transporte, a facultar pelo adquirente/cocontratante, devendo estas estarem corretamente e convenientemente preenchidas, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º deste Caderno de Encargos.

b)- A remoção é ainda acompanhada de um documento comprovativo (**Guia de Transporte**), do qual constará designadamente:

- i. A data de remoção;
- ii. A identificação do adquirente/cocontratante;
- iii. A identificação da Entidade Pública/Contraente Público;
- iv. Data da solicitação da remoção;
- v. A identificação da Hasta ao abrigo do qual é feita a alienação;
- vi. Local da Carga e descarga;
- vii. Hora de saída e prevista de chegada;
- viii. Matrícula do veículo transportador (incluindo galera);
- ix. A identificação das viaturas removidas (incluindo tipo, marca, modelo e matrícula, quando existente, e número de chassis), bem como o local onde as mesmas se encontravam.

c)- O original do documento comprovativo, referido no ponto anterior, ficará na posse do Município de Loures e o duplicado ficará na posse do adquirente/cocontratante, constituindo prova bastante da remoção dos veículos em fim de vida, após boa conferência pelos serviços da Unidade de Serviços Públicos Ambientais/Setor de Remoção de Viaturas, sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia.

3- Comunicação à Autoridade Tributária

De acordo com a legislação sobre o regime de bens em circulação, e no âmbito da Portaria n.º 161/2013 de 23 de abril, e do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, o adquirente/cocontratante ficará responsável pela comunicação à Autoridade Tributária do documento de transporte bem como pela obtenção do respetivo código antes do início do transporte.

4- Certificados de destruição

a)- Por cada veículo em fim de vida entregue, o operador de desmantelamento obriga-se a emitir, no prazo de 2 dias úteis, após a retirada do último veículo de cada lote, um Certificado

de Destruição ou de Desmantelamento, de acordo com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, na versão que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, de 8/04, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/06 e pelo Decreto-Lei n.º 114/2013, de 07/08.

b)- Este certificado deve ser enviado, em original, através de correio à Unidade de Serviços Públicos Ambientais/Setor de Remoção de Viaturas, sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia - Estrada Nacional 115-5, devendo ser enviada uma cópia do mesmo documento para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT), com o objetivo de ser efetuado o cancelamento da matrícula do respetivo veículo em fim de vida, ao abrigo do n.º 1, do artigo 17.º, do supracitado diploma legal.

c)- O adquirente/cocontratante é responsável por todos os elementos contidos nos Certificados de Destruição emitidos, perante o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT).

Artigo 7.º - FORMA DE PAGAMENTO

1- Após a remoção de todas as viaturas, por lote, deve ser liquidado dentro do prazo de 30 (trinta) dias (indicado na fatura) o respetivo pagamento, prazo este contado da data da receção, via postal, da fatura e respetivo ofício, sendo o mesmo efetuado através de cheque emitido à ordem da Câmara Municipal de Loures, e dirigido ao cuidado da Divisão de Gestão Financeira, rua Manuel Augusto Pacheco, n.º 4 A/B, 2670-501 Loures.

2- Após a receção do cheque com o valor monetário correspondente a cada lote, é emitido o recibo que posteriormente é enviado, através de carta (a qual segue em correio normal), para a morada da empresa adquirente/cocontratante.

Artigo 8.º - RESCISÃO DO CONTRATO

O Município de Loures, através dos serviços competentes, reserva-se o direito de rescindir o contrato com o adquirente/cocontratante sem proceder a qualquer indemnização e sem necessidade de quaisquer formalidades, exceto a notificação por correio registado e com aviso de receção com pré-aviso de 5 (cinco) dias úteis, desde que aquele deixe, por qualquer forma, de dar exato e integral cumprimento às respetivas condições contratuais, sem prejuízo de procedimento civil ou criminal a que possa haver lugar.

Artigo 9.º - RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE/COCONTRATANTE

1- São da exclusiva responsabilidade do adquirente/cocontratante quaisquer danos causados em pessoas ou bens aquando da retirada dos veículos das instalações municipais indicadas

pelos serviços responsáveis do Município de Loures, bem como aquando do seu transporte para as instalações da empresa adquirente/cocontratante e para o seu adequado destino final.

2- O adquirente/cocontratante tem de suportar todas as despesas provenientes da remoção e transporte dos diversos tipos de veículos, incluindo as guias de transporte e de acompanhamento de resíduos, e comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira do Documento de Transporte, bem como pela obtenção do respetivo código, previstas na legislação em vigor.

3- O adquirente/cocontratante tem apenas 2 dias uteis após a última retirada/transporte para entregar toda a documentação (GAR devidamente preenchida, Talão de pesagem, Folha de transporte de Materiais) nas instalações Unidade de Serviços Públicos Ambientais/Setor de Remoção de Viaturas, sito no Parque Urbano de Santa Iria de Azóia - Estrada Nacional 115-5.

Artigo 10.º - FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Artigo 11.º - PREVALÊNCIA

1- Fazem parte integrante do contrato o Caderno de Encargos, o Programa da Hasta Pública, a proposta do adquirente/cocontratante, e a Ata da Praça elaborada pela Comissão designada para a Hasta Pública.

2- Em caso de dúvida prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Programa da Hasta Pública e, em último lugar, a proposta do adquirente/cocontratante.

3- São da responsabilidade do adquirente/cocontratante as despesas inerentes à elaboração das propostas e à celebração do contrato.

Artigo 12.º - CONDIÇÕES TÉCNICAS

1- Ao chegarem ao fim de vida útil, os diversos tipos de veículos passam a constituir um fluxo de resíduos cuja gestão se encontra sujeita a regras específicas e que se encontram devidamente regulamentadas em legislação específica para o efeito.

2- Estes tipos de veículos são constituídos por uma multiplicidade de componentes que, uma vez passados à condição de resíduos, podem e devem ser classificados como perigosos.

3- Os veículos a alienar, entendidos como veículos em fim de vida, constituem um resíduo, na aceção da alínea ee) do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a última alteração introduzida pelo DL n.º 75/2015 de 11/05, e de acordo com a alínea t), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 64/2008, de 08/04.

Artigo 13.º - VERIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO TRATAMENTO

1- Obrigação do adquirente/cocontratante

O adquirente/cocontratante obriga-se, sempre que os serviços competentes do Município de Loures o julgarem pertinente, a facultar a visita às instalações nos locais onde se desenvolvem as diferentes fases de tratamento, a representantes do Município de Loures – Departamento de Ambiente e Transportes Municipais, devidamente credenciados.

2- Endereços do adquirente/cocontratante

Para concretização do referido no ponto anterior, o adquirente/cocontratante obriga-se a indicar os endereços de todas as instalações, nomeadamente a(s) fábrica(s) e o(s) armazém(ns) no(s) qual(is) se desenvolve(m) as diferentes fases e processos de tratamento. Têm ainda de ser sempre indicadas, previamente, por e-mail, e com uma antecedência mínima de 2 dias úteis, as datas em que o adquirente/cocontratante irá proceder à descontaminação e ao desmantelamento ou fragmentação dos veículos em fim de vida entregues pelo Município de Loures para que, sempre que esta organização o entenda, o processo seja acompanhado por técnicos deste município.

- O exercício pelo Município de Loures - Departamento de Ambiente e Transportes Municipais do direito de visita não isenta o adquirente/cocontratante da responsabilidade pelo tratamento e descontaminação dos veículos em fim de vida, nem limita o direito de rejeição.
- Caso se detetem quaisquer incumprimentos à legislação em vigor, os mesmos serão denunciados à autoridade competente pela fiscalização na área do ambiente.

Artigo 14.º - TRATAMENTO DOS VEÍCULOS

Os VFV devem ser objeto do tratamento previsto e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5/09, e n.º 64/2008, de 8/04 e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/06, sendo a 7.ª, e última versão daquele diploma, a introduzida pelo Decreto-Lei n.º 114/2013, de 07/08, e demais legislação em vigor aplicável, sendo proibida a alteração da forma física dos VFV que não tenham sido submetidos às operações de despoluição e de tratamento a fim de promover a reciclagem prevista no Anexo IV, do diploma supramencionado, na versão introduzida pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, de 08/04.